



## **Poupe pelo futuro do seu filho**

*Especialistas ensinam como é possível arcar com as despesas escolares da criança sem causar grandes estragos no orçamento*

Assim que a gravidez é confirmada, a família começa a fazer muitos planos para o futuro da criança. No entanto, pouca gente lembra que, juntamente com os projetos, vêm os boletos. E que eles ficarão ainda mais salgados com o passar dos anos, à medida que a vida escolar do pequeno avançar, por exemplo. Mas, se o planejamento financeiro começar cedo e houver disciplina, será possível atender, com tranquilidade, a necessidades como educação, saúde e lazer. “Assim que o bebê nascer, comece a colocar dinheiro na conta”, aconselha o consultor Augusto Sabóia, de São Paulo. O especialista afirma que, mais importante do que escolher o tipo de investimento, é fundamental incorporar ao seu cotidiano a prática de poupar. “A família deve resistir à tentação de exagerar com gastos em roupas e brinquedos na primeira infância”, aconselha Sabóia.

Para Luiz Jurandir de Araújo, professor da Universidade de São Paulo (USP) e consultor da Fipecafi, é imprescindível que as famílias foquem seus investimentos no capital intelectual do filho. “Os pais devem garantir uma boa escola no presente e, paralelamente, poupar pensando nos estudos”, afirma. Além disso, nem passa pela cabeça de muitas pessoas a ocorrência de situações como um eventual desemprego, uma doença ou mesmo a possibilidade de a criança ficar órfã. Por isso, Araújo recomenda que a família faça sempre um seguro de vida, ao menos para um dos pais. “Na nossa sociedade, em que as pessoas têm filhos cada vez mais tarde, é preciso pensar nessa forma de proteção”, afirma.

Se você já está convencida de que deve poupar, então é hora de escolher onde vai colocar o dinheiro. E, nessa hora, é preciso buscar muitas informações sobre os produtos oferecidos no mercado e avaliar, com honestidade, qual a sua disposição em manter a aplicação. “Quem não tem um imóvel próprio certamente acabará recorrendo à poupança do filho em algum momento”, adverte Araújo. “Por isso, antes de começar a poupar, pense nos outros eixos que precisam ser ajustados para não cometer erros.”

Uma dica que vale para todos é fazer sempre um mix de investimentos, em vez de deixar todo o dinheiro num único lugar, afirma Alexandre Assaf, professor de economia da Universidade de São Paulo e diretor do **Instituto Assaf**, na capital paulista. Assim, uma parte do pé-de-meia deve ficar sempre em algum produto de curto prazo, de forma que, se houver algum imprevisto, o dinheiro possa ser sacado sem que haja a perda de rentabilidade. Outra sugestão é começar a guardá-lo na caderneta de poupança. “Só quando o volume crescer um pouco, ele deve ser destinado a um fundo de investimentos, que cobra taxas de administração mais caras para baixas aplicações”, explica Araújo.

E saiba que poupar não é apenas evitar torrar o dinheiro que sobra – porque, sejamos sinceros, ele raramente sobra. Por isso, é bom estabelecer uma meta fixa por mês, ainda que esse valor seja pequeno. E incluir esse item no orçamento mensal. Para que o objetivo seja cumprido, muitas vezes será necessário deixar de consumir algo aqui e agora. Uma estratégia que o consultor Augusto Sabóia propõe para quem está estreando no mundo das

finanças familiares é adotar a chamada escadinha financeira. Comece por um vidro de azeitona – grande e transparente, o que dá mais clareza do volume de dinheiro que está sendo acumulado. Quando o pote estiver cheio, ponha esse dinheiro na poupança – mas não pare de encher o vidro. Quando a poupança já somar algo como R\$ 3 mil, transfira o montante para um fundo de renda fixa. Continue enchendo o vidro e transferindo o dinheiro para a poupança e, da poupança, para o fundo de renda fixa. Quando o fundo de renda fixa acumular um valor próximo a R\$ 10 mil, passe esse dinheiro para um fundo de ações. E continue enchendo o vidro...

Entenda, a seguir, como funciona cada uma das aplicações que ajudam seu dinheiro a render.

### 1. Caderneta de poupança

Previsibilidade e facilidade de aplicação de baixas quantias de dinheiro, a qualquer momento do mês, são as principais vantagens dessa modalidade. Você pode destinar qualquer valor para a poupança, em qualquer momento do mês. O rendimento da caderneta de poupança é fixo: 0,5% ao mês (ou 6% ao ano) mais a variação da taxa referencial (ela é calculada diariamente pelo governo, mas fica muito abaixo da variação da inflação).

O retorno pode ser menor do que o de alguns fundos, mas a grande vantagem é a ausência de tributação e taxa de administração. Além disso, o Fundo Garantidor de Crédito do governo assegura aplicações de até R\$ 20 mil por CPF em caso de problemas com a instituição financeira onde são feitos os depósitos. Para quem não gosta de riscos e não dispõe de valores altos para a aplicação, é uma boa opção. Mas lembre: a poupança não tem liquidez diária e, por isso, sacar o dinheiro fora da data de aniversário significa perder o rendimento daquele mês.

### 2. Fundos de renda fixa

Embora seja uma aplicação considerada conservadora, os fundos de renda fixa não estão totalmente livres de risco e não têm uma rentabilidade previsível, como a poupança. Os recursos do fundo são destinados a títulos do Tesouro Nacional ou emitidos por bancos, como CDBs e debêntures. Esses títulos podem ser prefixados (a taxa é estabelecida no momento da compra do papel e permanece inalterada ainda que os juros de mercado oscilem) ou pós-fixados (pagam um percentual da chamada taxa básica Selic, fixada pelo Banco Central, que hoje está em 8,75% ao ano. Portanto, eles acompanham o sobe e desce dos juros). Dessa forma, é a composição do fundo que vai determinar como será sua rentabilidade. Mas, em geral, o retorno é superior ao da poupança.

O problema é que no fundo o investidor paga uma taxa de administração – em alguns casos, ela pode superar 3% ao ano. Isso corrói uma parcela significativa dos ganhos e, dependendo do valor aplicado, poderá tornar o fundo menos atraente do que a poupança. Quanto menor o volume investido, mais o banco vai cobrar de taxa de administração. Por isso, os fundos costumam ser proibitivos para quem tem menos de R\$ 3 mil. Além disso, o rendimento da aplicação é sujeita ao recolhimento de imposto de renda progressivo: as aplicações de até seis meses pagam alíquota de 22,5%; de seis meses a um ano, 20%; de um ano a dois, 17,5%; e, finalmente, acima de dois anos, 15%. Por isso, antes de escolher um fundo, peça simulações ao gerente, sempre observando a taxa de administração e tendo claro qual o prazo que esse dinheiro deverá permanecer aplicado.

### 3. Tesouro direto

É uma forma de comprar títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional sem a intermediação de uma instituição financeira, o que reduz muito os custos para o investidor. Na verdade, o investidor adquire uma fração desse título. O valor inicial de aplicação é baixo: R\$ 200. O investidor precisa apenas ser cadastrado junto a uma corretora, para a qual pagará uma taxa de administração que varia ao redor de 0,30% ao ano. O Tesouro Nacional ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)) informa o ranking das taxas das instituições que oferecem

esse serviço.

Entre os títulos oferecidos, um dos mais indicados para quem quer fazer um investimento de longo prazo é a NTN-B (Nota do Tesouro Nacional série B), título prefixado de longo prazo, cuja rentabilidade varia mensalmente, dependendo das condições de mercado. Hoje, a NTN-B tem uma taxa ao redor de 6,5% mais a variação do IPCA (índice de inflação oficial do governo), que este ano deve ficar perto de 4,5%. Existem outras opções, como as Letras do Tesouro Nacional (LTN), com rentabilidade prefixada, e as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), pós-fixadas. Essa modalidade também é sujeita ao recolhimento de imposto de renda, nos mesmos moldes dos fundos de investimento. A liquidez é diária – ou seja, o saque feito ao longo do mês não elimina a rentabilidade proporcional do período –, mas os resgates podem ser feitos apenas às quartas-feiras.

#### 4. Fundos de ações

Excelente opção para quem quer melhorar sua rentabilidade, mas, para isso, deve estar disposto a correr riscos. E, principalmente, ter certeza de que não vai precisar do dinheiro no curto prazo. O valor investido será colocado em ações de empresas e, como as perspectivas para a economia nos próximos anos são favoráveis, o esperado é que os ganhos nessa modalidade de investimento sejam maiores do que os oferecidos pela renda fixa. Isso porque as ações das empresas se valorizam quando investidores enxergam espaço para crescimento delas.

Como os analistas acreditam que a economia favorecerá o aumento do lucro das empresas no Brasil, a aposta geral é de que a bolsa de valores vá se beneficiar. Mas, por ser uma aplicação de renda variável, não existe a garantia de rentabilidade. Por isso, para aplicar em ações, o investidor não pode ter um prazo definido para o resgate. Senão o dinheiro pode acabar sendo sacado no momento da baixa, o que se traduzirá em prejuízo. Assim, o conselho dos especialistas é que se aplique em ações a soma que ficará investida por muitos anos – ou seja, não se trata daquela graninha reservada para eventuais emergências.

Também é bom avaliar, antes de escolher esse produto, se você terá sangue frio para assistir às oscilações de preços da bolsa e resistir à tentação de sacar tudo no período de baixa. Existem várias alternativas de fundos de ações no mercado. Quanto mais agressivo for o fundo, maior a chance de ganho, mas também de perda. Por isso, é preciso estudar muito antes de decidir. Assim como os fundos de renda fixa, é fundamental checar a taxa de administração, que será mais salgada para os valores baixos de aplicação. Há o recolhimento de imposto de renda progressivo sobre a rentabilidade.

#### 5. Fundos de previdência

Esse fundo é indicado para quem quer depositar o dinheiro mensalmente, tem um horizonte de longo prazo para a aplicação e não se preocupa em fazer escolhas entre as diferentes modalidades de investimento. Nesse caso, também há várias opções que atendem a diferentes perfis de investidor. Existem fundos que aplicam apenas em títulos de renda fixa públicos ou privados, que pagam juros, ou aqueles que destinam até 49% em ações.

Existem ainda fundos de previdência que investem em títulos públicos referenciados na taxa básica de juros – os referenciados DI, fundos que investem em câmbio e fundos multimercados com ou sem renda variável. Esse tipo de fundo, como o próprio nome diz, investe em vários mercados, como dólar, renda fixa e ações. Mas é bom observar que há três taxas a serem pagas nesse produto: carregamento, administração e saída. Algumas seguradoras cobram também uma taxa de desempenho sobre a rentabilidade adicional em relação a um parâmetro estabelecido – a taxa básica de juros, por exemplo.

Os percentuais mudam de acordo com o valor aplicado, o prazo da aplicação, a política da seguradora, se o plano é individual ou corporativo e o tipo de investimento. A taxa de carregamento é uma espécie de pedágio, cobrada na entrada do plano e a cada aplicação

mensal. Ela serve para custear os gastos da seguradora com a aquisição do cliente, comissões dos corretores e campanhas de marketing, entre outros. A taxa de administração paga o dispêndio de gestão do fundo. Por fim, a taxa de saída paga as despesas tributárias com o resgate do dinheiro, que sai da conta da seguradora e vai para o cliente. Planos aprovados a partir de janeiro de 2007 não contam mais com essa cobrança.

---

Veículo: Brunnen

Data: 03/02/10



### **Poupe pelo futuro do seu filho**

*Especialistas ensinam como é possível arcar com as despesas escolares da criança sem causar grandes estragos no orçamento*

Assim que a gravidez é confirmada, a família começa a fazer muitos planos para o futuro da criança. No entanto, pouca gente lembra que, juntamente com os projetos, vêm os boletos. E que eles ficarão ainda mais salgados com o passar dos anos, à medida que a vida escolar do pequeno avança, por exemplo. Mas, se o planejamento financeiro começar cedo e houver disciplina, será possível atender, com tranquilidade, a necessidades como educação, saúde e lazer. “Assim que o bebê nasce, comece a colocar dinheiro na conta”, aconselha o consultor Augusto Sabóia, de São Paulo. O especialista afirma que, mais importante do que escolher o tipo de investimento, é fundamental incorporar ao seu cotidiano a prática de poupar. “A família deve resistir à tentação de exagerar com gastos em roupas e brinquedos na primeira infância”, aconselha Sabóia.

Para Luiz Jurandir de Araújo, professor da Universidade de São Paulo (USP) e consultor da Fipecafi, é imprescindível que as famílias foquem seus investimentos no capital intelectual do filho. “Os pais devem garantir uma boa escola no presente e, paralelamente, poupar pensando nos estudos”, afirma. Além disso, nem passa pela cabeça de muitas pessoas a ocorrência de situações como um eventual desemprego, uma doença ou mesmo a possibilidade de a criança ficar órfã. Por isso, Araújo recomenda que a família faça sempre um seguro de vida, ao menos para um dos pais. “Na nossa sociedade, em que as pessoas têm filhos cada vez mais tarde, é preciso pensar nessa forma de proteção”, afirma.

Se você já está convencida de que deve poupar, então é hora de escolher onde vai colocar o dinheiro. E, nessa hora, é preciso buscar muitas informações sobre os produtos oferecidos no mercado e avaliar, com honestidade, qual a sua disposição em manter a aplicação. “Quem não tem um imóvel próprio certamente acabará recorrendo à poupança do filho em algum momento”, adverte Araújo. “Por isso, antes de começar a poupar, pense nos outros eixos que precisam ser ajustados para não cometer erros.”

Uma dica que vale para todos é fazer sempre um mix de investimentos, em vez de deixar todo o dinheiro num único lugar, afirma Alexandre Assaf, professor de economia da Universidade de São Paulo e diretor do **Instituto Assaf**, na capital paulista. Assim, uma parte do pé-de-meia deve ficar sempre em algum produto de curto prazo, de forma que, se houver algum imprevisto, o dinheiro possa ser sacado sem que haja a perda de rentabilidade. Outra sugestão é começar a guardá-lo na caderneta de poupança. “Só quando o volume crescer um pouco, ele deve ser destinado a um fundo de investimentos, que cobra taxas de administração mais caras para baixas aplicações”, explica Araújo.

E saiba que poupar não é apenas evitar torrar o dinheiro que sobra – porque, sejamos sinceros, ele raramente sobra. Por isso, é bom estabelecer uma meta fixa por mês, ainda que esse valor seja pequeno. E incluir esse item no orçamento mensal. Para que o objetivo seja cumprido, muitas vezes será necessário deixar de consumir algo aqui e agora. Uma estratégia que o consultor Augusto Sabóia propõe para quem está estreando no mundo das finanças familiares é adotar a chamada escadinha financeira. Comece por um vidro de azeitona – grande e transparente, o que dá mais clareza do volume de dinheiro que está sendo acumulado. Quando o pote estiver cheio, ponha esse dinheiro na poupança – mas não pare de encher o vidro. Quando a poupança já somar algo como R\$ 3 mil, transfira o montante para um fundo de renda fixa. Continue enchendo o vidro e transferindo o dinheiro para a poupança e, da poupança, para o fundo de renda fixa. Quando o fundo de renda fixa acumular um valor próximo a R\$ 10 mil, passe esse dinheiro para um fundo de ações. E continue enchendo o vidro...

Entenda, a seguir, como funciona cada uma das aplicações que ajudam seu dinheiro a render.

### 1. Caderneta de poupança

Previsibilidade e facilidade de aplicação de baixas quantias de dinheiro, a qualquer momento do mês, são as principais vantagens dessa modalidade. Você pode destinar qualquer valor para a poupança, em qualquer momento do mês. O rendimento da caderneta de poupança é fixo: 0,5% ao mês (ou 6% ao ano) mais a variação da taxa referencial (ela é calculada diariamente pelo governo, mas fica muito abaixo da variação da inflação).

O retorno pode ser menor do que o de alguns fundos, mas a grande vantagem é a ausência de tributação e taxa de administração. Além disso, o Fundo Garantidor de Crédito do governo assegura aplicações de até R\$ 20 mil por CPF em caso de problemas com a instituição financeira onde são feitos os depósitos. Para quem não gosta de riscos e não dispõe de valores altos para a aplicação, é uma boa opção. Mas lembre: a poupança não tem liquidez diária e, por isso, sacar o dinheiro fora da data de aniversário significa perder o rendimento daquele mês.

### 2. Fundos de renda fixa

Embora seja uma aplicação considerada conservadora, os fundos de renda fixa não estão totalmente livres de risco e não têm uma rentabilidade previsível, como a poupança. Os recursos do fundo são destinados a títulos do Tesouro Nacional ou emitidos por bancos, como CDBs e debêntures. Esses títulos podem ser prefixados (a taxa é estabelecida no momento da compra do papel e permanece inalterada ainda que os juros de mercado oscilem) ou pós-fixados (pagam um percentual da chamada taxa básica Selic, fixada pelo Banco Central, que hoje está em 8,75% ao ano. Portanto, eles acompanham o sobe e desce dos juros). Dessa forma, é a composição do fundo que vai determinar como será sua rentabilidade. Mas, em geral, o retorno é superior ao da poupança.

O problema é que no fundo o investidor paga uma taxa de administração – em alguns casos, ela pode superar 3% ao ano. Isso corrói uma parcela significativa dos ganhos e, dependendo do valor aplicado, poderá tornar o fundo menos atraente do que a poupança. Quanto menor o volume investido, mais o banco vai cobrar de taxa de administração. Por isso, os fundos costumam ser proibitivos para quem tem menos de R\$ 3 mil. Além disso, o rendimento da aplicação é sujeita ao recolhimento de imposto de renda progressivo: as aplicações de até seis meses pagam alíquota de 22,5%; de seis meses a um ano, 20%; de um ano a dois, 17,5%; e, finalmente, acima de dois anos, 15%. Por isso, antes de escolher um fundo, peça simulações ao gerente, sempre observando a taxa de administração e tendo claro qual o prazo que esse dinheiro deverá permanecer aplicado.

### 3. Tesouro direto

É uma forma de comprar títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional sem a intermediação de uma instituição financeira, o que reduz muito os custos para o investidor. Na verdade, o investidor adquire uma fração desse título. O valor inicial de aplicação é baixo: R\$ 200. O investidor precisa apenas ser cadastrado junto a uma corretora, para a qual pagará uma taxa de administração que varia ao redor de 0,30% ao ano. O Tesouro Nacional ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)) informa o ranking das taxas das instituições que oferecem esse serviço.

Entre os títulos oferecidos, um dos mais indicados para quem quer fazer um investimento de longo prazo é a NTN-B (Nota do Tesouro Nacional série B), título prefixado de longo prazo, cuja rentabilidade varia mensalmente, dependendo das condições de mercado. Hoje, a NTN-B tem uma taxa ao redor de 6,5% mais a variação do IPCA (índice de inflação oficial do governo), que este ano deve ficar perto de 4,5%. Existem outras opções, como as Letras do Tesouro Nacional (LTN), com rentabilidade prefixada, e as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), pós-fixadas. Essa modalidade também é sujeita ao recolhimento de imposto de renda, nos mesmos moldes dos fundos de investimento. A liquidez é diária – ou seja, o saque feito ao longo do mês não elimina a rentabilidade proporcional do período –, mas os resgates podem ser feitos apenas às quartas-feiras.

### 4. Fundos de ações

Excelente opção para quem quer melhorar sua rentabilidade, mas, para isso, deve estar disposto a correr riscos. E, principalmente, ter certeza de que não vai precisar do dinheiro no curto prazo. O valor investido será colocado em ações de empresas e, como as perspectivas para a economia nos próximos anos são favoráveis, o esperado é que os ganhos nessa modalidade de investimento sejam maiores do que os oferecidos pela renda fixa. Isso porque as ações das empresas se valorizam quando investidores enxergam espaço para crescimento delas.

Como os analistas acreditam que a economia favorecerá o aumento do lucro das empresas no Brasil, a aposta geral é de que a bolsa de valores vá se beneficiar. Mas, por ser uma aplicação de renda variável, não existe a garantia de rentabilidade. Por isso, para aplicar em ações, o investidor não pode ter um prazo definido para o resgate. Senão o dinheiro pode acabar sendo sacado no momento da baixa, o que se traduzirá em prejuízo. Assim, o conselho dos especialistas é que se aplique em ações a soma que ficará investida por muitos anos – ou seja, não se trata daquela graninha reservada para eventuais emergências.

Também é bom avaliar, antes de escolher esse produto, se você terá sangue frio para assistir às oscilações de preços da bolsa e resistir à tentação de sacar tudo no período de baixa. Existem várias alternativas de fundos de ações no mercado. Quanto mais agressivo for o fundo, maior a chance de ganho, mas também de perda. Por isso, é preciso estudar muito antes de decidir. Assim como os fundos de renda fixa, é fundamental checar a taxa de administração, que será mais salgada para os valores baixos de aplicação. Há o recolhimento de imposto de renda progressivo sobre a rentabilidade.

### 5. Fundos de previdência

Esse fundo é indicado para quem quer depositar o dinheiro mensalmente, tem um horizonte de longo prazo para a aplicação e não se preocupa em fazer escolhas entre as diferentes modalidades de investimento. Nesse caso, também há várias opções que atendem a diferentes perfis de investidor. Existem fundos que aplicam apenas em títulos de renda fixa públicos ou privados, que pagam juros, ou aqueles que destinam até 49% em ações.

Existem ainda fundos de previdência que investem em títulos públicos referenciados na taxa básica de juros – os referenciados DI, fundos que investem em câmbio e fundos multimercados com ou sem renda variável. Esse tipo de fundo, como o próprio nome diz, investe em vários mercados, como dólar, renda fixa e ações. Mas é bom observar que há

três taxas a serem pagas nesse produto: carregamento, administração e saída. Algumas seguradoras cobram também uma taxa de desempenho sobre a rentabilidade adicional em relação a um parâmetro estabelecido – a taxa básica de juros, por exemplo.

Os percentuais mudam de acordo com o valor aplicado, o prazo da aplicação, a política da seguradora, se o plano é individual ou corporativo e o tipo de investimento. A taxa de carregamento é uma espécie de pedágio, cobrada na entrada do plano e a cada aplicação mensal. Ela serve para custear os gastos da seguradora com a aquisição do cliente, comissões dos corretores e campanhas de marketing, entre outros. A taxa de administração paga o dispêndio de gestão do fundo. Por fim, a taxa de saída paga as despesas tributárias com o resgate do dinheiro, que sai da conta da seguradora e vai para o cliente. Planos aprovados a partir de janeiro de 2007 não contam mais com essa cobrança.

---



**Digital Assessoria**  
**Comunicação Integrada**